



A mais recente coleta de dados do projeto Indicadores de Belo Monte esteve focada no processo de cumprimento de algumas condicionantes monitoradas. Nesse caso, o olhar se volta não apenas para as implementações das medidas previstas e os prazos, mas também para como se deram as articulações entre os atores envolvidos, a percepção sobre qualidade e adequação a critérios locais, bem como a presença e efetividade de espaços de controle social. Nesse contexto, muitos dados são qualitativos, o que ajuda a lançar luz sobre como o processo foi recebido pela sociedade local e instituições que atuam na região.

Veja abaixo um resumo das principais informações levantadas até fevereiro de 2015 em cinco temas: saneamento básico, educação, saúde, deslocamentos compulsórios no meio rural e proteção territorial indígena.

O conteúdo completo de indicadores e métricas disponível em indicadoresdebelomonte.com.br

Saneamento básico



A análise de implementação da infraestrutura de saneamento básico mostra-se paradoxal. Embora todas as obras estejam finalizadas ou em fase de testes, nenhuma foi oficialmente aceita pela prefeitura de Altamira. Pelo menos no caso do aterro sanitário, há discordância por parte do poder público local quanto à adequação das instalações. O aterro segue operante, segundo último parecer do Ibama, “como um lixão a céu aberto”,

consequência do impasse quanto à entrega definitiva. Já em Vitória do Xingu, todas as novas instalações foram aceitas formalmente, mas a municipalidade relata não ter previsão orçamentária para operar o sistema de água e esgoto.

O Ibama, por sua vez, em parecer técnico de fevereiro de 2015, questiona se as prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu viriam a operar os sistemas de forma adequada. O documento descreve “cenário de abandono”, constata que “o Plano de Articulação Institucional não vem conseguindo

atingir seus objetivos” e recomenda o envolvimento do Governo Federal na busca de soluções. Tudo isso coloca a capacidade institucional das municipalidades e a articulação entre os diferentes atores como pontos centrais para a análise da situação atual. No que diz respeito à drenagem urbana, o Ibama ainda cobra um posicionamento do empreendedor sobre o reduzido alcance da infraestrutura em Altamira.

Imprecisão semelhante se constata na questão das conexões prediais, cujas responsabilidades não foram definidas pelo Projeto Básico Ambiental (PBA). Em seu sétimo relatório, a Norte Energia considera que “as ligações domiciliares não podem ser imputadas ao empreendedor”.

O contexto de impasse culmina ainda na falta de controle social. Não foi identificado, até o momento, nenhum espaço permanente em que a sociedade civil pudesse debater e participar das decisões referentes ao legado do saneamento básico.

Educação

Os relatórios semestrais de acompanhamento da Norte Energia apontam para a suficiência de vagas escolares nos ensinos fundamental e médio na região da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento. Entretanto, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) corroboram os relatos das secretarias municipais de educação, já trazidos em relatório anterior da FGV, segundo os quais haveria sobrecarga de alunos na zona urbana para o ensino fundamental. Outros municípios do PDRSX, não cobertos pelas condicionantes 2.11, 2.12 e 2.13, também enfrentam problemas semelhantes.



Crédito: Ivan Prole

Segundo o INEP, na Área de Influência Direta (AID), Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio apresentam proporção de alunos por turma superior ao recomendado pelo Ministério da Educação (MEC), seja em anos iniciais ou finais. Quanto aos municípios do PDRSX como um todo, também se observa o fenômeno em Gurupá, Uruará, Porto de Moz e Placas. O ensino médio apresenta distribuição adequada de alunos por sala na zona urbana em todo o PDRSX, com exceção de Gurupá e Porto de Moz. Já para o ensino infantil (pré-escola), a sobrecarga de alunos se verifica em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, na AID, além de Placas, Porto de Moz e Uruará, todos relativos a escolas do meio urbano, no ano de 2013.

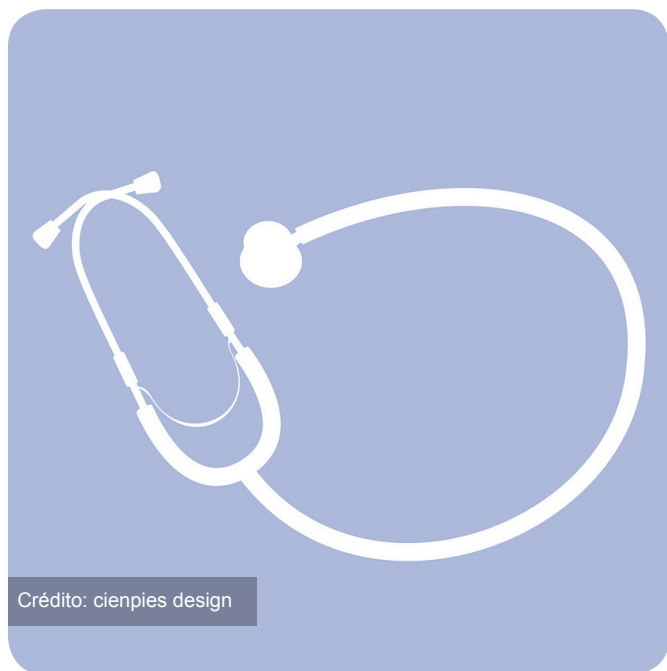
Um estudo de qualificação dos dados secundários buscou compreender com mais profundidade as taxas de reprovação no ensino médio, relatadas em relatório anterior da FGV, com base em entrevistas e grupos focais com professores, diretores, alunos e ex-alunos. Os representantes

ouvidos relatam que a maior parte das reprovações nessa etapa escolar se dão por falta, o que fortalece a tese de desengajamento dos estudantes. Alguns dos principais motivos apontados são o aumento da oferta de emprego e renda, pais mais envolvidos com atividades profissionais e com menor acompanhamento das atividades escolares dos filhos, o apelo de alternativas ao ensino regular, como ensino técnico, entre outros.

Em relação aos indicadores de cumprimento das condicionantes (processos) destacam-se as percepções que questionam a qualidade das novas instalações, com relatos de problemas elétricos, indisponibilidade de salas para professores e diretoria, biblioteca e quadras, e baixa acessibilidade, em algumas escolas dos municípios da AID.

É oportuno analisar tais evidências – desde o inchaço de alunos na área urbana e as reprovações no ensino médio, até mesmo a adequação das instalações às necessidades estudantis – na perspectiva da participação e do controle social, de repactuação constante das escolhas e decisões, a partir da compreensão da instabilidade demográfica característica das grandes obras. Não há evidências, por exemplo, de efetivo envolvimento de conselhos voltados para a área de educação no acompanhamento desses temas. Os gestores públicos locais, por sua vez, relatam contatos frequentes com as equipes da Norte Energia, mas ressaltam que as decisões e a maior parte da entrega dos equipamentos aconteceram nas gestões anteriores (antes de 2012), o que dificulta a continuidade dos processos de diálogo e articulação.

Saúde



É no arranjo institucional que se verifica um dos gargalos de maior relevância, à luz dos frequentes relatos de insuficiência de recursos para o custeio dos novos equipamentos, por parte das Secretarias de Saúde municipais. O desafio se impõe aos três níveis de governo, no que diz respeito a pactos e regras do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em Anapu e Senador José Porfírio, as Secretarias Municipais de Saúde relatam sérias dificuldades financeiras para manter seus hospitais – o de Anapu estava previsto para ser finalizado pela Norte Energia em fevereiro de 2015, o que

ainda não aconteceu. Houve repactuação de prazos entre Ibama e Norte Energia ao longo do processo. Não obstante, dos seis hospitais originalmente previstos para atender sobretudo ao pico da demanda a partir de 2011, apenas dois haviam sido entregues até o final de 2014.

O atendimento às condicionantes vem sendo tratado em termos de suficiência de leitos e unidades

básicas de saúde (UBS), mas a FGV não teve acesso às notas técnicas da Norte Energia de setembro de 2014 e abril de 2012 que descrevem esses critérios. Não se sabe, por exemplo, se os hospitais que deixaram de atender pelo SUS – o de Brasil Novo em abril de 2014 e o Santo Agostinho em Altamira a partir de janeiro de 2015 – impactam a análise de suficiência. Também não é de conhecimento público se a qualificação dos diferentes tipos de leitos é levada em conta e de que forma. Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu relatam insuficiência de leitos, enquanto Altamira descreve persistente sobrecarga de demanda sobre os hospitais. A falta de dados inviabiliza até o momento uma análise sobre tais relatos. Permanece indefinido a situação do Hospital São Rafael, uma referência na região, que pode vir a ser reformado para se tornar de especialidade materno-infantil.

De um modo geral, gestores públicos e conselheiros consultados avaliam os novos equipamentos como de boa qualidade, com variações de município para município. O planejamento e a entrega da maior parte das obras contou com um grupo técnico tripartite, composto por representantes da Norte Energia e dos três níveis de governo.

Atualmente, há evidências de que a informação não flui adequadamente, seja pela ruptura tipicamente ocasionada por mudanças de gestão pública, seja por desconhecimento da possibilidade de repactuação dos acordos estabelecidos com o empreendedor. O mesmo se constata para os conselhos municipais de saúde, cujos quadros foram renovados em 2013.

Deslocamentos Compulsórios no Meio Rural



Crédito: Crystl

Previsto no Projeto Básico Ambiental (PBA) como modelo prioritário para realocação da populações atingidas, o reassentamento foi a opção menos praticada no meio rural até o momento. Das 1.934 famílias atingidas, apenas 28 estão sendo contempladas por projeto de reassentamento coletivo e 33 em áreas remanescentes, o que equivale a 3% do total.

A predominância de indenizações em dinheiro – 1.358 famílias foram contempladas dessa forma – restringe a capacidade de monitoramento das condições posteriores ao deslocamento, de manutenção de modos e meios de vida, premissa expressa no PBA. Os dados também revelam que a modalidade denominada carta de crédito totaliza 21% das indenizações realizadas (379 famílias), procedimento que guarda indagações e merece melhor acompanhamento, tendo em

vista a ocorrência de minifundização (área dos lotes inferior ao módulo fiscal praticado na região),

bem como a insuficiência da documentação de parte dos imóveis adquiridos pode gerar alguma insegurança dominial ou mesmo limitar o acesso a políticas públicas, tais como o acesso ao crédito oficial para o financiamento da produção.

Foi a partir do sobreuso de indenizações às famílias que seriam elegíveis para reassentamento que o IBAMA suspendeu as cartas de crédito, também chamadas de “realocação assistida” – nessa modalidade, fica a cargo da família atingida encontrar uma nova área, posteriormente adquirida pelo empreendedor.

Entre sindicatos, movimentos sociais e instituições públicas consultados, os relatos são de insatisfação quanto aos valores praticados conforme o segundo caderno de preços. Também é mal avaliado o acesso à informação, a começar pelo cadastro socioeconômico, concluído com mais de dois anos de atraso.

O quadro de baixa judicialização – das 1.180 propriedades rurais adquiridas pela Norte Energia, apenas 62 são objeto de processo judicial – pode indicar negociações bem sucedidas, não necessariamente satisfatórias. Relatos obtidos em campo apontam para o baixo acesso das famílias atingidas aos mecanismos legais de contestação, sugerindo cautela na análise dessas informações. A capacidade de questionamento é fator relevante em processos indenizatórios, assim como pode resultar em ajustes dos procedimentos utilizados.

Observação sobre o tema: O presente relatório apresenta o Mapa dos Caminhos de Deslocamentos Compulsórios no Meio Rural, com aprofundamento de vários dos dados coletados.

Regularização Fundiária e Proteção Territorial Indígena

O estabelecimento da regularização das Terras Indígenas como condicionante da Licença Prévia (LP) do licenciamento ambiental não foi suficiente para imprimir um ritmo mais célere ao necessário andamento dos processos.

Das 11 Terras Indígenas (TIs) definidas na condicionante 2.28 da LP como objetos de regularização fundiária, até fevereiro de 2015 cinco ainda têm processos em aberto, das quais três carecem de homologação – Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca. As duas últimas já tiveram a expedição para decreto de homologação em junho e outubro de 2012 respectivamente, mas aguardam, desde então, assinatura por parte da Presidência da República.

A TI Cachoeira Seca se configura no caso mais urgente para a regularização fundiária. Tem-se em vista relatos de intensa exploração ilegal de madeira, conflitos entre os ocupantes de boa-fé, grileiros e madeireiros, e o fato de que os Arara, povo de recente contato, não têm condições de garantir o controle sobre seu próprio território, sobretudo na atual conjuntura. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Cachoeira Seca do Iriiri apresentou o

maior incremento de desmatamento no período 2011-2013 (0,7% da área total) dentre as TIs analisadas.

O total do desmatamento acumulado até 2013 alcança uma extensão de 408,69km², o que representa 5,7% do território.

A homologação é o ato de reconhecimento dos direitos indígenas e um instrumento essencial para articular-se a efetiva

proteção territorial e diminuição dos conflitos nessas áreas, por meio de ação coordenada de órgãos como a Funai, o Incra e a Advocacia Geral da União (AGU), além de Força Nacional e Polícia Federal, quando demandadas. Foi a partir da homologação da TI Apyterewa, na mesma região, que se explicitou o reconhecimento e comprometimento da Presidência da República de que não haveria retrocessos, o que facilitou o trabalho articulado entre os órgãos, melhorando e tornando mais pacíficos os processos de desintrusão.

Além da morosidade nas ações de regularização das TIs, observam-se paralisadas as ações impostas pela Licença de Instalação para execução em caráter emergencial do Plano de Proteção das Terras Indígenas, mesmo com deferimento do pedido de liminar do Ministério Público Federal, em Março de 2014, que impunha execução imediata. O mesmo se repete no caso da aquisição das terras para a nova reserva dos Juruna do Km 17 da rodovia PA-425, com deferimento de liminar datado de setembro de 2013.

Na contramão dos esforços adequados está ainda o encolhimento de recursos humanos do órgão indigenista, a FUNAI, que viu em 2014 sua equipe diminuir em 158 servidores concursados em relação a 2010. Boa parte dos desfalques se deve ao grande número de aposentadorias entre 2013 e 2014, sem que haja previsão de concurso público.

Este boletim é um produto do projeto Indicadores de Belo Monte, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Câmara Técnica de Monitoramento das Condicionantes da UHE Belo Monte do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Com duração de 18 meses, o projeto dedica-se a monitorar os temas: educação, saúde, saneamento, deslocamentos compulsórios no meio rural, fiscalização ambiental e controle da malária, além das seguintes questões indígenas: saúde, educação, regularização fundiária, proteção territorial e controle social.

Saiba mais em indicadoresdebelomonte.com.br

Contato: indicadoresdebelomonte@fgv.br

